

PARECER JURÍDICO - MATÉRIAS DIVERSAS

EMENTA: recurso, carta convite, inabilitação e outras matérias.

Chega até essa assessoria, para parecer jurídico, recurso em licitação, tipo carta convite, onde o recorrente busca a inabilitação de empresas que se apresentaram propostas mais vantajosas ao município, bem como a desclassificação de empresa por supostamente não ter cumprido exigências editalícias.

O vasto arrazoado, traz em si, a tentativa de desclassificar as empresas habilitadas e que apresentaram orçamentos de menores valores na compra pretendida.

Intimadas houve a apresentação de contrarrazões.

Partimos nossa análise da intempestividade para impugnar exigências editalícias.

O argumento que exigências ilegais para a habilitação estão sendo ventiladas completamente fora do prazo legal, que segundo a lei é de dois dias úteis antes da data aprazada para abertura das propostas.

Assim, qualquer insurgência sobre exigências editalícias está preclusa, pois completamente fora do prazo legal para tanto.

Melhor sorte não merece o argumento que pretende a modificação da decisão que habilitou as empresas.

Apesar dos argumentos do recurso ventilarem a diminuição dos empenhos burocráticos há situações que o princípio da legalidade se sobrepõe sendo correta a posição do pregoeiro que inabilitou a empresa.



Vejamos:

Partimos nosso parecer do entendimento de edital de Marçal Justen Filho, para ele: "O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da administração que se vincula a seus termos...".

A contar do entendimento de edital vamos analisar as premissas principiológicas envolvidas nos procedimentos de licitação.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro salienta que "**Princípio da vinculação ao instrumento convocatório é essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento**".

Referido princípio, além de mencionado no art. 3º da Lei Federal nº. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no art. 41, segundo o qual "**a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada**".

Na mesma linha, o art. 43, inciso V da Lei de Licitações e Contratos Administrativos **exige o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com o critérios de avaliação constantes no edital.**

O Princípio da Vinculação ao Ato Convocatório dirige-se tanto à Administração, como já verificado pelos artigos supramencionados, como aos licitantes, posto que estes **NÃO PODEM DEIXAR DE ATENDER AOS REQUISITOS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**. Nessa mesma toada, ainda segundo a administrativista **Maria Sylvia Zanella Di Pietro** "**se os licitantes classificados deixarem de apresentar a documentação exigida ou apresentá-las em desacordo com exigido no edital, estas imperiosamente deverão ser inabilitadas e desclassificadas, nos termos do art. 43, inc. II c/c art. 48, inc. I, todos da Lei Federal nº. 8.666/93**".

O constitucionalista José Afonso da Silva, ao abordar o tema, qualifica a licitação pública, ao lado dos princípios positivados no caput do art. 37, como princípio constitucional da Administração Pública. Eis a lição do



mestre: "A Administração Pública é formada por diversos princípios gerais, destinados, de um lado, a orientar a ação do administrador na prática dos atos administrativos e, de outro lado, a garantir a boa administração, que se consubstancia na correta gestão dos negócios públicos e no manejo dos recursos públicos (dinheiros, bens e serviços) no interesse coletivo, com o que também se assegura administrados o seu direito a práticas administrativas HONESTAS E PROBAS. Licitação é um procedimento administrativo destinado a PROVOCAR PROPOSTAS e escolher proponentes de contratos de execução de obras, serviços, compras ou de alienações do Poder Público. CONSTITUI UM PRINCÍPIO INSTRUMENTAL DE REALIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA E DO TRATAMENTO ISONÔMICO DOS EVENTUAIS CONTRATANTES COM O PODER PÚBLICO".

Nessa perspectiva, José dos Santos Carvalho Filho afirma que o legislador pátrio, ao instituir o procedimento licitatório, inspirou-se, fundamentalmente, na **MORALIDADE ADMINISTRATIVA** e na **IGUALDADE DE OPORTUNIDADES** àqueles interessados em contratar: "Erigida atualmente à categoria de princípio constitucional pelo art. 37, caput, da CF, a moralidade administrativa deve guiar toda a conduta dos administradores. A estes incumbe agir com lealdade e boa-fé no trato com os particulares, procedendo com sinceridade e descartando qualquer conduta astuciosa ou eivada de malícia. A licitação veio prevenir inúmeras condutas de improbidade por parte do administrador, algumas vezes curvados a acenos ilegítimos por parte dos particulares, outras levadas por sua própria deslealdade para com a Administração e a coletividade que representa. Daí a vedação que se lhe impõe, de optar por determinado particular. Nesse ponto a moralidade administrativa se toca com o próprio princípio da impessoalidade, também insculpido no art. 37, caput, da Constituição, porque, quando o administrador não favorece este ou aquele interessado, está, ipso facto, dispensando tratamento impessoal a todos. Outro fundamento da licitação foi a necessidade de proporcionar igualdade de oportunidades a todos quantos se interessam em contratar com a Administração, fornecendo seus serviços e bens (o que é mais comum), ou àqueles que desejam apresentar projetos de natureza técnica, científica ou artística. A se permitir a livre escolha de determinados fornecedores pelo administrador, estariam aliados todos os demais, o que



seria de lamentar, tendo em vista que, em numerosas ocasiões, poderiam eles apresentar à Administração melhores condições de contratação. **CUMPRE, ASSIM, PERMITIR A COMPETITIVIDADE ENTRE OS INTERESSADOS, ESSENCIAL AO PRÓPRIO INSTITUTO DA LICITAÇÃO**".

No caso concreto, nenhum dos argumentos ventilados merece acolhimento, o caso do não cadastramento não gera a inabilitação pretendida, uma vez que o cadastro anterior não é condição absoluta para que se participe de certame.

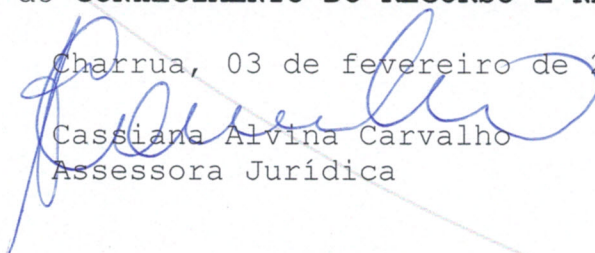
A intenção do município é que haja sempre o maior número possível de participantes, e ao que vemos o recorrente foi o último colocado, quando da análise de valores frente aqueles que pretende inabilitar, ofertando valor superior ao trabalho pretendido.

Igual sorte quando falamos da tentativa de desclassificação de uma das empresas, onde muito bem avaliou a comissão ao manter a empresa habilitada.

Nesse sentido o recurso não merece conhecimento, mas não seu provimento devendo ser mantida a inabilitação da empresa.

Destarte, esta assessoria apresenta parecer no sentido do **CONHECIMENTO DO RECURSO E NÃO PROVIMENTO**.

Charrua, 03 de fevereiro de 2021.


Cassiana Alvina Carvalho
Assessora Jurídica